

RE VI SEA

**Diagnóstico dos problemas
socioambientais vivenciados por
gestores municipais**

***Diagnosis of socio-environmental
problems experienced by municipal
managers***

***Diagnóstico de problemáticas
socioambientales vividas por
gestores municipales***

**Sarah Dall'Agnol TRIACCA¹
Ana Lucia Suriani AFFONSO²**

Submetido em: 30/08/2024

Aceito em: 24/09/2024

Publicado em: 28/11/2024

¹ Universidade Estadual do Centro Oeste
(Unicentro)

² Universidade Estadual do Centro Oeste
(Unicentro).



RESUMO

A Educação Ambiental (EA) é uma prática fundamental para o desenvolvimento humano e ambiental, e deve estar inserida nos âmbitos formais e não formais. Para isso, são necessárias políticas públicas inclusivas capazes de abordar as problemáticas em todo o seu contexto social, ambiental, político e econômico. Este estudo investigou a implementação de projetos de EA pela gestão pública em um município do interior do Paraná, com foco na compreensão das interações entre os problemas socioambientais locais e as práticas de EA. A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, utilizou da análise documental e grupo focal com gestores públicos municipais para coleta de dados. Os resultados revelaram que a maioria dos projetos de EA implementados no município estava alinhada com a macrotendência político-pedagógica conservadora, carecendo de projetos com uma perspectiva crítica e emancipatória. Esta constatação ressalta a necessidade de políticas públicas mais inclusivas, capazes de abordar as complexidades socioambientais em seu contexto integral, considerando aspectos ambientais, culturais e sociais da realidade local. O estudo sugere que uma abordagem crítica e participativa na EA pode contribuir significativamente para o desenvolvimento humano e ambiental inclusivo em comunidades locais, capaz de promover mudanças efetivas na relação entre sociedade e ambiente, garantindo a sustentabilidade e justiça ambiental.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais; Educação Ambiental; Gestão municipal; Políticas públicas.

ABSTRACT

Environmental Education (EE) is a fundamental practice for human and environmental development and should be integrated into both formal and non-formal settings. To achieve this, inclusive public policies capable of addressing issues in their full social, environmental, political, and economic context are necessary. This study investigated the implementation of EE projects by public management in a municipality in the interior of Paraná, focusing on understanding the interactions between local socio-environmental issues and EE practices. The research, of a qualitative and exploratory nature, used document analysis and focus groups with municipal public managers for data collection. The results showed that the majority of EE projects implemented in the municipality were aligned with a conservative political-pedagogical macro-trend, lacking

projects with a critical and emancipatory perspective. This finding highlights the need for more inclusive public policies capable of addressing socio-environmental complexities in their integral context, considering environmental, cultural, and social aspects of local reality. The study suggests that a critical and participatory approach to EE can significantly contribute to inclusive human and environmental development in local communities, promoting effective changes in the relationship between society and the environment, ensuring sustainability and environmental justice.

Keywords: Environmental Education; Municipal management; Public policies; Socio-environmental conflicts.

RESUMEN

La Educación Ambiental (EA) es una práctica fundamental para el desarrollo humano y ambiental, y debe estar integrada en los ámbitos formales y no formales. Para ello, se necesitan políticas públicas inclusivas capaces de abordar los problemas en todo su contexto social, ambiental, político y económico. Este estudio investigó la implementación de proyectos de EA por parte de la gestión pública en un municipio del interior de Paraná, centrándose en comprender las interacciones entre los problemas socioambientales locales y las prácticas de EA. La investigación, de naturaleza cualitativa y exploratoria, utilizó el análisis documental y grupos focales con gestores públicos municipales para la recopilación de datos. Los resultados mostraron que la mayoría de los proyectos de EA implementados en el municipio estaban alineados con la macro tendencia político-pedagógica conservadora, careciendo de proyectos con una perspectiva crítica y emancipadora. Este hallazgo resalta la necesidad de políticas públicas más inclusivas, capaces de abordar las complejidades socioambientales en su contexto integral, considerando aspectos ambientales, culturales y sociales de la realidad local. El estudio sugiere que un enfoque crítico y participativo en la EA puede contribuir significativamente al desarrollo humano y ambiental inclusivo en comunidades locales, promoviendo cambios efectivos en la relación entre sociedad y medio ambiente, garantizando la sostenibilidad y la justicia ambiental.

Palabras clave: Conflictos socioambientales; Educación Ambiental; Gestión municipal; Políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa estabeleceu uma relação entre os problemas socioambientais vivenciados em um município no interior do estado do Paraná e as ações de Educação Ambiental (EA) desenvolvidas pela gestão municipal, por meio de um olhar crítico e emancipatório, embasando-se em autores como Layrargues, Lima e Loureiro.

A implementação eficaz da EA depende da formulação e execução de políticas públicas adequadas (Brasil, 1999). Essas políticas desempenham um papel crucial na configuração do cenário ambiental, fornecendo estruturas, recursos e apoio institucional necessários para a integração da EA nos sistemas de educação formal e não formal.

Entende-se por política pública ações exercidas pelo Estado em razão das necessidades requeridas pela sociedade, por meio de investimentos e prioridades, que envolvem grupos econômicos e políticos, classes sociais e componentes da sociedade civil. Seu objetivo é atingir uma situação mais próxima possível do ideal para a população, como uma ponte entre a situação existente e a situação que se deseja chegar (Stucky, 1997).

Para que as demandas sejam atendidas, é necessário que estas cheguem ao Poder Público (Souza, 2006), quer seja pelos seus representantes como vereadores, deputados, senadores ou pela Sociedade Civil Organizada (SCO). Esta última é composta por sindicatos, Organizações Não Governamentais (ONGs), associação de moradores e entidades de representação empresarial. É comum esses grupos se formarem devido à escassez de recursos financeiros do governo destinado às políticas, resultando em competição entre os pedidos. Dessa forma, indivíduos que têm os mesmos objetivos

tendem a se unir, formando grupos. Cabe ao formulador de Políticas Públicas analisar as demandas recebidas e classificá-las quanto à prioridade. Assim, pode-se dizer que o resultado da competição entre esses grupos, que procuram garantir seus interesses, também é uma possível definição de Política Pública (Lopes; Amaral; Caldas, 2008).

A EA pode ser definida como uma prática de caráter pedagógico e ambiental, cujo objetivo é promover uma maior aproximação entre indivíduo e natureza, bem como buscar um desenvolvimento mais sustentável (MMA, 2004). Devido às crises ambientais vivenciadas no mundo, a EA também busca a reflexão e a ação frente às problemáticas, procurando soluções e mitigações em um âmbito coletivo e inclusivo da sociedade global.

No Brasil, destacam-se duas legislações que orientam e norteiam a prática da EA no âmbito formal e não formal: a Política Nacional de EA (PNEA) (Brasil, 1999) e as Diretrizes Curriculares Nacionais de EA (DCNEA) (Brasil, 2012).

De acordo com a PNEA, a EA deve ser integrada em todos os níveis de ensino, abrangendo tanto a esfera formal quanto a não formal. A interseção entre os campos da Educação e do Ambiente é de suma importância para uma implementação eficaz da EA. A dinâmica de correlação e interdisciplinaridade entre esses dois domínios de conhecimento é crucial para o desenvolvimento de abordagens holísticas, as quais reconhecem a intrincada interdependência entre os sistemas naturais e sociais. (MMA, 2004).

A PNEA descreve alguns princípios básicos da EA, como o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo, vinculando a ética, educação, trabalho e as práticas sociais, bem como o natural, socioeconômico e o cultural, sempre sob o enfoque da

sustentabilidade (Brasil, 1999). Um dos princípios que se destaca é a concepção de meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade, respeitando a diversidade individual e cultural de cada questão ambiental local, regional, nacional e global.

Cabe ao Poder Público promover a EA em todos os níveis de ensino, além de criar políticas públicas de engajamento da sociedade com a conservação do ambiente, enquanto as instituições de ensino são responsáveis por promover programas educativos e integrantes. A sociedade como um todo também é responsável pela implementação da EA, assumindo o papel de formar valores que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais (Brasil, 1999).

As DCNEA são condizentes com os conceitos já estabelecidos pela PNEA, e objetivam estimular a reflexão crítica na inserção da EA, desde a formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino. Dessa forma, espera-se que a concepção de EA como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema.

Durante muitos anos a EA foi praticada no âmbito escolar e na sociedade voltada aos princípios da Ecologia, na qual seu objetivo era apenas o de preservar, amar e cuidar na natureza. Layrargues e Lima (2014) afirmam que isto ocorreu devido às fortes crises ambientais que ocorriam na época em que a EA surgiu, deixando as Ciências Ambientais em posição de acreditar que a solução seria única e exclusivamente a conservação do ambiente, sem considerar as questões sociais envolvidas, já que estas não eram tão discutidas.

Com o passar do tempo, novos pensadores contribuíram com o campo de conhecimento da EA, incrementando seus pensamentos à prática e, dessa forma, originando algumas vertentes a fim de diferenciar os variados princípios, como a Humanista, Conservacionista, Problematizadora, Naturalista, Científica e Feminista (Layrargues; Lima, 2014). Assim, a relação entre EA e Ecologia foi se expandindo, dando espaço para as novas tendências e a associação passou a ser classificada como vertente conservadora.

Como principais modelos político-pedagógicos, Layrargues e Lima (2014) agruparam todas as variadas vertentes em apenas três macrotendências: a conservadora, a pragmática e a crítica. A primeira, como já mencionado, possui como base a Ecologia, afirmando ser necessário uma sensibilização de cada indivíduo para com a natureza, buscando amá-la e protegê-la; a pragmática teve sua origem baseada nos princípios conservadores, porém passou a focar sua atenção na problemática do lixo urbano e industrial das cidades, bem como no Consumo Sustentável; e por fim, a macrotendência crítica, a qual possui princípios que buscam transformar o mundo a partir do indivíduo e do coletivo, observando não só as questões ambientais, mas também questões socioeconômicas, políticas, históricas, culturais e expandindo a visão até que uma cidadania com valores sociais íntegros, empáticos e respeitosos possa surgir.

Baseando-se no pensamento crítico da EA, um trabalho em conjunto entre educadores e sociedade deve ser realizado para que juntos eles possam alcançar a sustentabilidade e a equidade social. Para que isso aconteça é imprescindível ações conjuntas

desenvolvidas entre os gestores ambientais de instituições públicas e a sociedade.

De acordo com Sá (2001) é importante existir a articulação entre as questões ambientais e a organização dos processos locais de gestão municipal, visto que, com essa compreensão integrada pode-se auxiliar a formação de estratégias para solucionar os problemas socioambientais e atingir o desenvolvimento sustentável e justiça social.

Dentro da EA é preciso relacionar a gestão municipal com alguns termos, sendo estes: ambientalismo, desenvolvimento e sustentabilidade. Assim, surgem três pontos básicos: as questões ambientais, o conceito de desenvolvimento e a noção de sustentabilidade.

A abordagem das questões ambientais implica a necessidade premente de uma mudança paradigmática (Sá, 2001). Isso implica substituir uma visão fragmentada da realidade por uma compreensão mais abrangente da complexidade e inter-relação entre os diversos aspectos envolvidos na administração pública (Marques *et al*, 2013). A visão tradicional, que tende a segmentar e separar os problemas ambientais de outras questões socioeconômicas, revela-se ineficaz diante da complexidade dos desafios ambientais contemporâneos (Fleury; Almeida; Premevida, 2014).

O conceito tradicional de desenvolvimento, centrado no crescimento econômico contínuo e ilimitado, tornou-se cada vez mais questionável diante da crise ambiental global (Sá, 2001). Este modelo de desenvolvimento gerou desequilíbrios ambientais significativos e exacerbou as desigualdades sociais. Nesse contexto, a noção de desenvolvimento precisa ser reavaliada, dando lugar a

uma perspectiva de ecodesenvolvimento. O ecodesenvolvimento propõe uma abordagem mais equilibrada e sustentável, que integra considerações ambientais, sociais e econômicas na formulação de políticas e práticas de desenvolvimento. Isso implica uma mudança fundamental na forma como a sociedade concebe e busca alcançar o progresso (Da Silva, 2022).

A noção de sustentabilidade emerge como um quadro conceitual fundamental para orientar a superação da crise ambiental em níveis locais e globais (Sá, 2001). A sustentabilidade vai além da simples preservação ambiental, propondo a busca de um equilíbrio dinâmico entre as necessidades presentes e futuras das gerações humanas, garantindo ao mesmo tempo a integridade dos ecossistemas naturais (Jacobi, 2023). Assim, a sustentabilidade oferece uma visão de longo prazo para a construção de um modelo de desenvolvimento que promova a qualidade de vida e o bem-estar humano.

É necessário analisar cada questão ambiental em sua complexidade, como determinam a PNEA e a DCNEA, e cada região possui suas próprias peculiaridades e problemáticas locais, tornando-se impossível estabelecer um protocolo único a ser seguido para alcançar a sustentabilidade, a equidade e a justiça ambiental.

Na esfera da gestão municipal, é esperado que tanto os gestores ambientais quanto outros administradores municipais se engajem em discussões para identificar e implementar as estratégias mais eficazes de EA em seus respectivos municípios. Este compromisso busca promover o bem-estar da comunidade local e abordar as necessidades específicas da região.

A partir do exposto acima, a presente pesquisa objetivou compreender como os projetos de EA são implementados em um município localizado no interior do Paraná pela gestão municipal. Além disso, procurou relacionar os problemas socioambientais vivenciados na comunidade e a prática da EA desenvolvida, por meio de um olhar crítico e emancipatório.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa desenvolvida caracteriza-se como qualitativa e exploratória, e foi desenvolvida com dois gestores de um município localizado no interior do estado do Paraná. Ela foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Centro Oeste (nº. 3.455.399).

Os sujeitos desta pesquisa foram agentes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e de Educação, os quais participaram de um grupo focal online via *Google Meet*.

Para a coleta de informações foram utilizados o grupo focal (Veiga; Gondim, 2001) na identificação dos problemas socioambientais locais vivenciados e a análise documental (Cellard, 2008) dos projetos de EA desenvolvidos pelo município, a partir das macrotendências político-pedagógicas propostas por Layrargues e Lima (2014). O acesso aos documentos ocorreu por meio do acesso ao *website* da prefeitura, bem como o contato direto com os gestores.

O quadro a seguir (Quadro 1) contém as questões norteadoras utilizadas durante o grupo focal realizado com os gestores públicos.

Quadro 1 - Questões norteadoras utilizadas nesta pesquisa durante o grupo focal realizado com os gestores públicos.

Questões	Objetivos
Como os projetos são criados?	Identificar como são escolhidos os temas, público alvo e as estratégias empregadas em cada projeto.
Quem são as pessoas envolvidas na elaboração dos projetos?	Identificar quem são os responsáveis pela elaboração dos projetos.
Quais dificuldades e facilidades foram encontradas no desenvolvimento dos projetos atuais?	Identificar impasses enfrentados na elaboração e na realização dos projetos em vigência.
Existe algum projeto considerado mais eficaz?	Identificar projetos que possuem maior adesão pela comunidade.
Existe algum projeto que tenha continuidade (versões 1, 2, 3 [...])? Se sim, descreva.	Identificar projetos que já ocorreram e que tenham a possibilidade de continuidade no futuro.
A população participa de que forma dos projetos?	Identificar se há contribuição da comunidade na elaboração dos projetos.
Como os projetos são avaliados?	Identificar métodos de avaliação dos projetos.

Fonte: As autoras (2020).

Com base nas questões previamente determinadas, o grupo focal foi conduzido de maneira estruturada, o que permitiu que os gestores se sentissem à vontade para compartilhar os desafios e facilidades vivenciados no município.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o grupo focal foi possível verificar a existência de 11 projetos de EA. Para preservar a identidade do município, classificamos os projetos em três grupos principais: Educação e

Conscientização Ambiental, Conservação e Preservação Ambiental, e Ações Comunitárias.

Educação e Conscientização Ambiental

Desde 2018, diversas ações focadas em EA foram implementadas no município. Essas iniciativas incluíram palestras em escolas e comunidades, que abordaram temas como resíduos sólidos, uso consciente da água, e a importância da arborização urbana. Tais atividades visaram tanto alunos quanto a comunidade em geral, alcançando um público diversificado e fomentando uma cultura de respeito ao meio ambiente.

Conservação e Preservação Ambiental

Destacou-se por promover ações concretas de conservação ambiental. Entre essas iniciativas, focando em programas de reflorestamento, doação de mudas nativas e plantio de vegetação ciliar, envolveram tanto estudantes quanto produtores rurais.

Ações Comunitárias

O município também desenvolveu uma série de ações voltadas à conscientização para o descarte correto de resíduos e o uso de lacres, facilitando a coleta seletiva. Adicionalmente, eventos comunitários, como uma olimpíada rural, desempenharam um papel fundamental na sensibilização da população sobre a proteção da fauna local e a preservação de animais silvestres e exóticos.

Os projetos ambientais implementados no município analisado refletem, em grande parte, as macrotendências conservadora e pragmática da EA, conforme delineadas por Layrargues e Lima (2014). A tendência conservadora, a qual busca a manutenção da ordem ambiental por meio da preservação e conservação de

recursos naturais, é claramente evidenciada em diversas iniciativas focadas na proteção da fauna e flora locais. Projetos que promovem o reflorestamento, o plantio de vegetação ciliar e a preservação dos animais silvestres são exemplos de ações que se alinham com essa perspectiva, enfatizando a importância da continuidade dos ecossistemas naturais sem grandes questionamentos sobre os modelos socioeconômicos vigentes.

Por outro lado, a tendência pragmática, que se caracteriza por ações mais imediatas e aplicadas, voltadas para a resolução de problemas ambientais específicos, também se faz presente. Projetos que incentivam o descarte adequado de resíduos sólidos e o uso racional da água, por meio de campanhas educativas e palestras, exemplificam essa abordagem.

Essas duas macrotendências coexistem nos projetos do município, revelando uma abordagem que busca, por um lado, preservar o ambiente natural tal como ele é, e, por outro, encontrar soluções práticas para os desafios ambientais mais imediatos. No entanto, observa-se uma ausência de iniciativas que questionem de forma crítica as estruturas socioeconômicas e políticas que influenciam a degradação ambiental, o que seria característico da tendência crítica. Isso sugere um enfoque predominantemente voltado para a adaptação e mitigação, em vez de transformação e mudança sistêmica.

Brügger (1999), em seu livro *Educação ou Adestramento Ambiental?*, elucida sua visão sobre o modelo de educação vigente em 1999 — que, surpreendentemente, ainda guarda semelhanças com o modelo educacional atual. A autora utiliza o termo “educação-adestramento” para se referir ao modelo pedagógico em questão,

cujo propósito é adequar os indivíduos ao sistema social vigente, embora ela ressalte que isso nem sempre seja algo negativo. Para a convivência em sociedade, é necessário, sim, adaptar-se a determinadas situações, mas a perpetuação de uma estrutura social injusta jamais deve ser incentivada. No entanto, percebe-se que esse estímulo, de certa forma, está presente no ambiente escolar atual. Isso ocorre quando os componentes curriculares não promovem o pensamento crítico, exploratório e emancipatório de cada indivíduo, tanto no âmbito ambiental quanto no social (Brügger, 1999).

Dos 11 projetos de EA desenvolvidos pelo município, verificou-se que 45,5% apresentavam características alinhadas à macrotendência conservadora, enquanto 27,3% se enquadravam na macrotendência pragmática e outros 27,3% combinavam aspectos de ambas as abordagens. No entanto, não foram identificados projetos que refletissem a macrotendência crítica, evidenciando uma lacuna em iniciativas que promovam uma reflexão mais profunda sobre as estruturas socioeconômicas e políticas que influenciam a degradação ambiental.

A ausência de projetos com características críticas no município pesquisado, nos fornece um alerta sobre a prática de EA desenvolvida nos municípios brasileiros. Para exercer efetivamente a EA Crítica, espera-se que os educadores reconheçam suas posições no meio econômico e social, para que assim, possam efetivamente atuar em relação a uma coletividade.

No entanto, Guimarães (2004) argumenta que a EA Crítica não deve ser vista como uma simples evolução de métodos conservadores, mas sim como uma abordagem que proporciona uma compreensão mais profunda e estratégica do mundo, destinada a

promover intervenções que contribuam para a transformação da complexa realidade socioambiental. Enquanto as práticas conservadoras enxergam as problemáticas causadoras de desordem social como algo a ser extinguido, o pensamento crítico considera as relações de poder como algo essencial para a construção de sentidos e na organização espacial em suas múltiplas determinações.

Baseando-se nos conceitos apresentados, pode-se dizer que tanto a macrotendência Conservadora como a Pragmática possuem seu papel significativo para a EA. Estas seriam melhor aproveitadas se colocadas em prática juntamente com o pensamento crítico, o qual já se mostrou eficaz na busca de uma sustentabilidade e justiça ambiental.

Durante o grupo focal realizado com os gestores, pode-se elencar problemas socioambientais vivenciados pela população, destacando-se: a caça ilegal e tráfico de animais silvestres; destinação incorreta de resíduos sólidos; tratamento parcial de esgoto; ausência de controle de animais domésticos nas áreas rural e urbana; ameaças às Unidades de Conservação locais (pecuária, animais domésticos, utilização de agrotóxicos, monocultura, retirada ilegal de plantas); ausência de empregos; falta de adesão popular aos projetos; desigualdade social; conflitos advindos de diferenças culturais; e poluição de nascentes.

Os problemas socioambientais identificados, como a caça ilegal, a destinação incorreta de resíduos sólidos e o tratamento parcial de esgoto, evidenciam a complexidade da interconexão entre atividades humanas e o ambiente natural. Estes desafios refletem a necessidade de uma abordagem mais abrangente na EA. A predominância das macrotendências conservadora e pragmática nos

projetos existentes mostra um foco na manutenção da ordem ambiental e na resolução de problemas imediatos. No entanto, essa abordagem não aborda adequadamente as causas estruturais que contribuem para problemas como a poluição das nascentes e a ameaça às Unidades de Conservação, indicando uma lacuna significativa na prática atual de EA.

A ausência de iniciativas com uma perspectiva crítica revela a necessidade de uma abordagem mais profunda e reflexiva. Problemas como a ausência de controle de animais domésticos e a falta de adesão popular aos projetos estão ligados a fatores socioeconômicos e culturais que não são suficientemente abordados pelas abordagens conservadora e pragmática. A EA Crítica poderia oferecer uma análise mais abrangente para compreender essas questões de maneira mais holística, abordando as relações de poder e as dinâmicas sociais que perpetuam a degradação ambiental. Incorporar essa perspectiva crítica ajudaria a identificar soluções que não apenas mitigassem os problemas imediatos, mas também transformassem as condições que os causam.

Para enfrentar efetivamente os desafios socioambientais do município, espera-se que as futuras iniciativas de EA integrem uma abordagem crítica. Isso envolve analisar as estruturas sociais e econômicas que influenciam os problemas identificados e promover uma participação ativa da comunidade na elaboração de soluções. A inclusão de uma perspectiva crítica na EA permitirá uma abordagem mais integrada e eficaz, abordando as causas profundas da degradação ambiental e contribuindo para a construção de um futuro mais sustentável e justo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada estabeleceu uma interconexão entre os problemas socioambientais enfrentados pelo município e as práticas de EA implementadas pela gestão municipal. A análise dos projetos de EA revelou uma predominância das macrotendências conservadora e pragmática, como discutido por Layrargues e Lima (2014). Embora essas abordagens contribuam para a conscientização e para ações imediatas de mitigação ambiental, elas não abordam de maneira profunda as questões estruturais subjacentes que contribuem para a degradação ambiental. A falta de uma abordagem crítica nas iniciativas locais sugere a necessidade de uma revisão das estratégias de EA, para que se alinhem mais efetivamente com as complexidades dos problemas socioambientais.

A implementação eficaz da EA requer uma articulação robusta entre políticas públicas e práticas educacionais. A PNEA e as DCNEA fornecem uma base teórica sólida para a integração da EA nos currículos formal e não formal. No entanto, a prática local muitas vezes mostra lacunas na aplicação dessas diretrizes, evidenciando a necessidade de um maior alinhamento entre a teoria e a prática. Políticas públicas bem formuladas e executadas são essenciais para proporcionar o suporte necessário, incluindo recursos e apoio institucional, para a integração efetiva da EA.

A análise dos problemas socioambientais enfrentados pelo município, como a caça ilegal, a destinação inadequada de resíduos e a poluição das nascentes, demonstra a complexidade e a interdependência das questões ambientais. Esses problemas não podem ser abordados isoladamente; requerem uma abordagem que considere a inter-relação entre fatores sociais, econômicos e

ambientais. A implementação de uma EA crítica e emancipatória, como sugerido por Layrargues e Lima (2014), pode proporcionar uma perspectiva mais abrangente e eficaz na resolução desses problemas.

É evidente que a gestão municipal enfrenta desafios significativos na articulação entre políticas públicas e práticas de EA. A ausência de uma abordagem crítica nas iniciativas atuais pode limitar a eficácia dos projetos de EA, que muitas vezes se concentram em aspectos superficiais dos problemas ambientais. Uma abordagem mais crítica deve considerar as dinâmicas socioeconômicas que influenciam a degradação ambiental e promover ações que não apenas mitigam os impactos imediatos, mas também promovem mudanças estruturais.

A colaboração entre gestores ambientais, sociedade civil e instituições educacionais é fundamental para o sucesso da EA. A pesquisa identificou a necessidade de uma maior integração entre essas partes, para que as estratégias de EA sejam desenvolvidas e implementadas de forma mais eficaz. A participação ativa da sociedade civil, por meio de organizações não governamentais e grupos comunitários, pode desempenhar um papel crucial na promoção de uma EA mais inclusiva e transformadora.

Por fim, conclui-se que, embora a gestão municipal esteja realizando esforços significativos na implementação da EA, ainda há a necessidade de uma abordagem mais crítica e integrada. A colaboração entre todos os setores da sociedade e uma revisão das estratégias e políticas de EA podem contribuir para uma abordagem mais eficaz na resolução dos problemas socioambientais e na promoção de um desenvolvimento sustentável e justo. A integração

de uma visão crítica e emancipatória na prática da EA é crucial para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos e alcançar uma verdadeira transformação social e ambiental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9795**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 de abr. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 14, de 6 de junho de 2012. **Institui as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jun. 2012.

BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis: Letras contemporâneas, 1999.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

DA SILVA, M. G. C. F. A crise socioambiental sob uma perspectiva marxista. **Sinais - Revista de Ciências Sociais**, v. 2, n. 24, 2022.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J.; PREMEBIDA, A. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, v. 16, n. 35, p. 34–82, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental crítica. Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p. 25-34, 2004.

JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 11, n. 118, p. 189–205, 2023.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & sociedade**, v. 17, p. 23-40, 2014.

LIMA, G. F. C. **Formação e dinâmica do campo da educação ambiental no Brasil: emergência, identidades, desafios**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, 207 p., 2005.

LOPES, B.; AMARAL, J.; CALDAS, R. W. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48p.

MARQUES, C. A. et al. A abordagem de questões ambientais: contribuições de formadores de professores de componentes curriculares da área de ensino de química. **Química nova**, v. 36, n. 4, p. 600–606, 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.156p.

SÁ, L. M. B. M. A educação ambiental na gestão municipal. **Linhas Críticas**, v. 7, n. 13, p. 203-214, 11. 2001.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20–45, 2006.

STUCKY, R. M. M. As Políticas Públicas e a Exclusão na Conquista do Direito Universal à Saúde. In: BONETI, L. W. (coord.). **Educação, exclusão e cidadania**. Ijuí, Editora Unijuí, 1997.

VEIGA, L.; GONDIM, S. M. G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opinião Pública**, v. 7, n. 1, p. 1-15. 2001.

VESTENA, L. R.; SCHMIDT, L. P. Algumas reflexões sobre a urbanização e os problemas socioambientais no centro-sul paranaense. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 31, n. 1, p. 67-73, 2009.